

AO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL/SP

Observatório Social do Brasil – São Caetano do Sul (OSB - SCS), espaço democrático, apartidário e sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ no 21.535.056/0001-10, com sede à Rua Manoel Coelho, 600, 3º andar, sala 324 – Centro - São Caetano do Sul/SP, por seu representante legal, vêm a presença de Vossa Excelência, lastreados no artigo 37 da Constituição Federal combinado com o disposto nas Leis 7.347/85, 8.492/92, 8666/93, 12462/11 e na Lei Complementar nº 709 de 14 de Janeiro de 1993, oferecer

IMPUGNAÇÃO

em face do edital de Pregão Presencial nº 13/2022, Processo Administrativo nº 2900/2022, publicado pela Câmara Municipal de São Caetano do Sul com o seguinte objeto:

REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE LIMPEZA PARA ATENDER À DEMANDA DESTA EDILIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO PRESENTE EDITAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Ocorre que tal edital, com a devida vênia, contém erros substanciais, que atenta contra sua regularidade, conforme se demonstrará a seguir:

I.I – DA LEGITIMIDADE

O OSB-SCS é uma Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos, totalmente apartidária, cujo escopo é exercer o Controle Social, na defesa dos direitos

da Sociedade Civil. Destaca-se, no mais, que o OSB-SCS faz parte do Sistema OSB - Observatório Social do Brasil, que dissemina uma metodologia padronizada para o monitoramento das atividades governamentais e da gestão dos recursos públicos, fazendo-se presente em 150 Municípios, em 17 Estados brasileiros, contando com mais de 3.500 voluntários.¹

O OSB-SCS foi fundado em 2014, por cidadãos sul-caetanenses que, ao tomarem conhecimento da iniciativa, enxergaram, igualmente, a necessidade de monitorar a administração municipal para combater casos de corrupção e promover a cidadania e a participação social na gestão pública. Desde então, vem exercendo de forma imparcial, independente e transparente o Controle Social na gestão pública do Município, suas Autarquias e Fundações. De 2014 a 2018, ajudou a economizar, aproximadamente, R\$ 10.055.000,00 (dez milhões e cinquenta e cinco mil reais), que seriam despendidos de forma irregular pela Administração Municipal, lesando os cofres municipais. No ano de 2019, a economia foi de aproximadamente R\$ 9 Mi, enquanto que em 2020, o montante foi de mais de R\$ 2 Mi e, somente em 2021, ultrapassou a marca de R\$ 16 milhões no ano. A prestação de todas as contas do OSB São Caetano do Sul encontra-se publicada em seu Portal oficial na internet.²

É, portanto, **parte legítima** para propor a referida impugnação, **vez que se trata de Organização representativa da Sociedade Civil Organizada**. Dentre as atribuições do OSB São Caetano do Sul, definidas no artigo 2º de seu Estatuto Social (doc. anexo), destacam-se as dos incisos I, VI e VII, transcritas a seguir:

“ Art. 2º - O OS tem como objetivos gerais:

*I. Atuar como organismo de apoio à comunidade **para pesquisa, análise e divulgação de informações sobre o comportamento de entidades e órgãos públicos com relação à aplicação dos recursos, ao comportamento ético de seus funcionários e dirigentes, aos resultados gerados e à qualidade dos serviços prestados.***

(...)

*VI. **Contribuir, diretamente, para que haja maior transparência na gestão dos recursos públicos,** de acordo com o previsto no artigo 5º, incisos XIV e XXXIV; no artigo 37, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988, Lei 12.527/2011 e Decreto 7.724/2012*

¹ <http://osbrasil.org.br/o-que-e-o-observatorio-social-do-brasil-osb/>

² https://saocaetanodosul.osbrasil.org.br/?page_id=466

(...)

VII. Estimular a participação da sociedade civil organizada no processo de avaliação da gestão dos recursos públicos, visando defender e reivindicar a austeridade necessária na sua aplicação, dentro de princípios éticos com vistas à paz e à justiça social.

Resta clara, portanto, a legitimidade do Observatório Social de São Caetano do Sul para oferecer impugnações junto ao órgão licitante.

I.II – DA TEMPESTIVIDADE

O instrumento convocatório em comento estipula, na cláusula 18, o prazo para apresentação de eventuais impugnações, senão vejamos:

“18.1 As impugnações ao edital serão recebidas até dois (02) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, e deverá ser dirigida ao pregoeiro nos termos constantes no item 3.1. deste instrumento.

18.2 Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos, relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro e funcionários da Câmara Municipal, através de requerimento por escrito, enviados pelo e-mail: licitacao@camarascsp.gov.br, no prazo de até dois dias úteis anteriores à data da abertura da Sessão Pública.

18.3 Deferida a impugnação contra o ato convocatório e preenchidos os requisitos legais, será designada nova data para realização do certame.”

Considerando que a apresentação da presente impugnação se fez em 30/09/2022, antes do término do prazo conferido pelo edital para sua apresentação, se faz tempestiva a presente impugnação, devendo ser recebida.

II – DOS FATOS

Insurge-se o impugnante contra o Pregão Presencial nº 13/2022, Processo Administrativo nº 2900/2022, publicado pela Câmara Municipal de São Caetano do Sul com o seguinte objeto:

| |
|--|
| REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE LIMPEZA PARA ATENDER À DEMANDA DESTA EDILIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES |
|--|

CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO PRESENTE EDITAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

No instrumento convocatório, foram identificadas irregularidades que acabam por prejudicar o certame, na contramão das disposições contidas no ordenamento jurídico pátrio, conforme exposto a seguir.

O primeiro deles diz respeito a **ausência de especificação adequada de todos os itens constantes do anexo I, notadamente a falta de quantidade que se pretende utilizar durante o ano, trimestre, bem como a quantidade que conterà na unidade dos produtos.**

Por oportuno, destaca-se que a **correta especificação do item é que vai determinar o atendimento das necessidades da compra ou não.** É de fundamental importância que este esteja bem descrito para que não haja margem de dúvida por parte dos licitantes ou dos responsáveis pela aquisição.

Pegando o item 1, apenas por amostragem, vislumbra-se que o edital assim dispõe:

| ITEM | DESCRIÇÃO |
|------|---|
| 1 | Água Sanitária 2.0 a 2.5% Hipoclorito; Água Sanitária; Solução Aquosa; Acondicionado de Forma Adequada; Teor de Cloro Ativo de 2,0% a 2,5% P/p, Produto a Base de Cloro; Sem Aromatizante; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Com Validade de No Mínimo 6 Meses a Partir Da Data de Fabricação;; Código BEC: 4429990 |

Claramente, a descrição apresentada é insuficiente para que os licitantes possam formular adequadamente suas propostas, pois há quantidades a serem consideradas.

Nesse contexto, a título exemplificativo, deveria se ater o certame para que a descrição venha discriminada da seguinte forma:

| Item | Qtidade Anual | Qtidade Trimestral | Unidade | Especificações |
|------|---------------|--------------------|-------------------------|--|
| 1 | 960 | 240 | Frasco contendo 1 litro | Água sanitária; solução aquosa; acondicionado de forma adequada; teor de cloro ativo hipoclorito de sódio e água, com teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5% p/p, produto à base de cloro sem aromatizante com validade de no mínimo 12 meses a contar da entrega; |

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | | produto sujeito à verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA. Código BEC 2957868 |
|--|--|--|--|--|

Como se pode notar, a descrição do constante do anexo I faz com que se questione, inclusive, a pesquisa de preços utilizada, cuja realização deve servir como parâmetro para aferir a compatibilidade dos valores expostos com os de mercado.

No mais é passível de questionamento o parâmetro utilizado quando do planejamento administrativo que antecede a realização do certame.

Tal vício, além de prejudicar os licitantes, prejudica, mais ainda, a própria Administração Pública, que não conseguirá alcançar, de fato, a principal finalidade da licitação, que é a obtenção da melhor proposta.

A exigência de especificação adequada do objeto contratual decorre da Lei nº 10.520/2002, senão vejamos:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

[...]

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição; [...]

Portanto, repisa-se que a forma como os itens listados foram descritos **violam a Lei do Pregão e a finalidade de obtenção da melhor proposta, maculando, ainda, a competitividade isonômica entre os licitantes.**

Além disso, **merece reforma o edital para que haja a inclusão da exigência de apresentação de Alvará Sanitário (ou dispensa nos casos autorizados por lei) como requisito de qualificação técnica.**

Isso porque a exigência de tal documento se faz necessária para aferir a conformidade do funcionamento das empresas licitantes com os requisitos sanitários legais e regulamentares.

III – DO PEDIDO

Ante os fatos e argumentos expostos, requer o recebimento e a procedência total da presente Impugnação, para que seja suspenso o referido Pregão Presencial, determinando-se a retificação do instrumento convocatório, sanando por completo todos os vícios nele contidos, sob pena de nulidade deste e de todos os atos dele decorrentes.

Termos em que,
Pede Deferimento.

São Caetano do Sul, 30 de setembro de 2022

Observatório Social de São Caetano do Sul

Armando Arrais Jr.
Presidente